

O DESAFIO DE CRESCER SEM INFLAÇÃO

Apesar de as previsões do mercado apontarem queda na dívida pública bruta, tendência é de piora. Isso não será revertido sem retomada, apostam analistas

Ineficiência fiscal trava o crescimento

» ROSANA HESSEL

Amá gestão das contas públicas é outro fator que trava o crescimento no Brasil, de acordo com os especialistas. Desde 2014, o país deixou de registrar superávit primário e o endividamento passou a ficar muito acima da média dos países emergentes. Apesar de as previsões apontarem queda na dívida pública bruta neste ano, a tendência é de crescimento e ela não será revertida se o país não crescer.

Nesse sentido, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que legalizou o calote de dívidas judiciais na Constituição, aumentando os riscos fiscais com o acúmulo de precatórios que não serão pagos neste ano e nos anos seguintes, vai contribuir para uma nova explosão da dívida pública, segundo os analistas.

“O que vimos nesses dois meses foi uma piora considerável da situação fiscal. O ministro Paulo Guedes (Economia), engajado na campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL), abandonou os instintos liberais e patrocinou uma barbaridade que foi essa PEC dos Precatórios, que é um direito líquido e certo depois de anos de luta no Judiciário”, lamenta o economista Mailson da Nóbrega.

Enquanto o presidente brigava com a ciência e se mostrava estar cada vez mais preocupado com a reeleição do que com a solução das eternas mazelas do país, a deterioração da atividade e do quadro fiscal foi visível. A inflação mais alta prejudicou a população, mas ajudou o argumento equivocado do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a consolidação fiscal estava em curso, pois a redução da dívida pública bruta deste ano, em grande parte, deve-se ao aumento do denominador, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal.

Logo, a tendência é de alta no indicador que, no Brasil, é maior do que a média dos países emergentes e, pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), pode chegar a 133% do PIB, em 2030, no cenário pessimista, que não pode ser descartado após o abandono das regras fiscais com a PEC dos Precatórios e a desordem criada com o Orçamento de 2022.

De acordo com Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o país até conseguiu fazer algumas reformas microeconômicas, mas, ele ressalta que existe uma instabilidade nos fundamentos macroeconômicos,

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadores discutem PEC dos Precatórios. Aprovação vai contribuir para explosão da dívida pública

provocada, em grande parte, pela inflação, e que podem se estender para o ano que vem e os próximos anos, sendo um grande elemento de preocupação. “Se não encontrarmos esforços e resolver essa questão fiscal, mesmo que tenhamos um próximo governo que tenha o interesse de fazer reformas estruturais e buscar aumentar a produtividade, o cenário de crescimento para os próximos anos vai atrasar ainda mais”, alerta.

Ele compara a situação atual com a do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, quando o fiscal foi deixado de lado e o país entrou em uma recessão nos anos de 2015 e 2016, na contramão do mundo, que estava em uma espiral de crescimento.

A baixa qualidade da mão de obra e a infraestrutura precária são outros motivos para o baixo crescimento do país. De acordo com o especialista em infraestrutura Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o país não consegue crescer, de forma sustentada, mais de 3% por um período mais longo sem que o risco de apagão fique no radar e as estradas e portos fiquem congestionados.

A economista Sílvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, reforça que a questão fiscal é fundamental para o equilíbrio dos fundamentos macroeconômicos, que é condição necessária para o crescimento, embora não

seja suficiente. “É difícil imaginar que as reformas microeconômicas tenham sucesso se o ambiente macroeconômico não ajudar. O crescimento será prejudicado”, alerta.

De acordo com a analista, a má qualificação da mão de obra é um problema recorrente da baixa produtividade do país e o atual governo conseguiu fazer o Brasil cair no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), cuja avaliação é realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Educação e desemprego

Mailson da Nóbrega também reconhece que a produtividade do Brasil é muito baixa devido, em grande parte, à má qualidade do ensino no país. “O Brasil investe 6,3% do PIB em educação, mais do que a média dos países ricos, de 5%, mas isso não acaba garantindo o crescimento da economia.

“A qualidade do ensino continua lastimável e o Brasil está na rabeira da avaliação do Pisa, e piorou com o governo Bolsonaro”, lamenta o ex-ministro da Fazenda. Ele lembra que o país continua sendo uma economia fechada e, portanto, sem estímulo para a inovação. “Como diria Paul Krugman (Nobel de Economia de 2008), a produtividade não é tudo na economia, mas é quase tudo”, frisa.

A economista e consultora Zeina Latif destaca que, além da baixa produtividade e do problema fiscal, o desemprego estrutural, acima de 10% é um fator importante para impedir um ritmo de crescimento mais acelerado da economia. “Há um contingente considerável de pessoas desempregadas e, muitas, não conseguem se recolocar facilmente porque estão há muito tempo fora do mercado de trabalho. E, como o bônus demográfico não foi aproveitado, melhorar a qualificação da mão-de-obra é fundamental e precisa ser uma estratégia de governos”, alerta.

Para ela, no momento, essa questão é um ponto muito sensível que precisa ser discutido ao longo da campanha eleitoral que vai ocorrer no próximo ano. “A empregabilidade ficou para trás na discussão e ela gera consequências nos indicadores sociais e de trabalho. É importante uma distribuição de renda para os mais vulneráveis, mas é difícil combater a pobreza e a desigualdade quando as pessoas não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Há ocupações que deixaram de existir por conta da pandemia e por avanços no chão de fábrica. É preciso debater isso rapidamente e treinar essas pessoas. E, nesse contexto de fim do bônus demográfico, essa discussão será mais necessária, caso contrário, até mesmo a efetividade de outras reformas ficará comprometida”, completa.

Imagem do país arranhada lá fora

Não será fácil resgatar o crescimento nos próximos anos, especialmente com a piora da imagem do país no exterior por conta do aumento do desmatamento na Amazônia e por conta da deterioração do quadro fiscal promovida pela PEC dos Precatórios e o Orçamento. É o que afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

“A tendência é de volatilidade e a incerteza permanecer por um período mais longo nos próximos anos. Fica difícil crescer dessa forma, especialmente, em um mundo que está mais competitivo e gerando crescimento de produtividade em diversos países que estão fazendo reformas e acordos comerciais que o Brasil não está fazendo. A África do Sul, por exemplo, fez acordo de livre comércio com todos os países vizinhos e o Brasil não tem conseguido avançar

nessa agenda”, alerta.

“Olhando para frente, o país vai ter de reverter a perda da reputação nos últimos anos das questões ambiental e fiscal que serão bem difíceis de serem feitas”, destaca Vale.

A MB prevê zero de crescimento PIB em 2022, mas o Credit Suisse não está sozinho ao prever PIB negativo em 2022. O brasileiro Itaú Unibanco e o chinês Haitong, por exemplo, estimam quedas de 0,5% e de 0,4% no ano que vem. Para 2023, as projeções desses dois bancos são mais pessimistas do que as do Credit, que espera alta de 2,15% no PIB brasileiro. Enquanto o Itaú prevê alta de 1% no PIB, Haitong estima avanço de 1,2%.

Potencial baixo

A falta de crescimento do PIB nos últimos anos fizeram o PIB

potencial encolher, de acordo com analistas. Eles reconhecem, que atualmente, essa capacidade natural de expansão do país varia entre 1,5% e 2%, mas já foi o dobro disso.

Contudo, pelos cálculos de Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, é provável que o PIB potencial já esteja abaixo de 1%. “De seis a oito anos o PIB cresce pouco e esse é um grande problema para a dívida pública, que dificilmente vai encolher. Se não houver uma mudança drástica para melhorar esse cenário não será possível crescer”, afirma.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também reforça que essa redução do PIB potencial é muito ruim para a trajetória da dívida pública, porque ela tende a crescer mais a longo prazo quando

não há expansão da economia. Ele prevê 4,5% de crescimento no PIB deste ano e destaca que o carregamento estatístico do PIB de 2020 será de 3,7%, o que leva a uma taxa bem baixa de crescimento, de 0,8%. E, para 2022, ele prevê um crescimento de 0,6%, o que também é baixo.

“Esses dados somam-se ao desempenho mais fraco que vimos entre 2017 e 2019 e, aparentemente, o país cresce em média de 1% a 1,5%. É possível que as duas recessões (2015-2016 e 2020) desta última década possam ter penalizado ainda mais a capacidade de crescer do país, podendo levar o país para um cenário de uma recessão leve ou de leve crescimento. Isso reforça o debate sobre a capacidade de crescer por conta das recessões sequenciais e o fato é que há uma apreensão no ar”, afirma Padovani. (RH)

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

90 dias de 2022

Para efeitos práticos, 2022 terá 90 dias, contados a partir do dia seguinte às eleições gerais de 2 de outubro. Até lá, nada relevante deverá ser proposto ou aprovado pelo governo e pelo Congresso.

A aprovação no dia 21 da LOA, a lei do orçamento federal de gastos e receitas para 2022, marcou o início do recesso parlamentar até 1º de fevereiro. Depois, tudo será pautado pelas campanhas eleitorais, como demonstra o teor eleitoreiro do orçamento capenga aprovado.

Melhor que seja assim, um parlamento ausente, para reduzir o risco de que decisões mal pensadas compliquem o desastre já semeado. Não se sabe o que sairá das urnas. Sabe-se, porém, que será muito curto o prazo para os novos governantes reverem as temeridades aprovadas nos últimos meses e recomponem a administração pública desmontada desde 2019 na saúde, na educação, no planejamento que jamais houve, no controle ambiental, e acharem o caminho para o desenvolvimento.

A prioridade do programa do novo governo e de sua base de apoio no Congresso, ou vice-versa, se mantido o semiparlamentarismo vigente (e essa é uma das definições necessárias, talvez a principal), será consertar a razia legada. Trata-se de ação mais de bastidor, já que o marketing eleitoral não contempla discussões substantivas.

Um semestre, se tanto, é o prazo para as definições e decisões — e encaminhando o que der nos 90 dias pós-eleições. Não haverá margem para experimentos: a década será de disrupções tecnológicas que já estão anunciadas (tipo carro elétrico, banco sem agência, ordens de pagamento em tempo real, digitalização universal de CPFs e CNPJs, a ascensão das energias limpas em detrimento dos combustíveis fósseis etc). Conhecimento é o ativo mais valioso no presente do futuro.

Tais transformações são impulsionadas pela inteligência artificial por cujo domínio China e EUA se opõem, abrindo uma nova guerra fria que vai nos exigir a inteligência estratégica desperdada no campo da diplomacia. Reaver o “interesse nacional” é peça determinante.

Esse resumo do que estará em jogo nas eleições parece assustador, considerando-se a indigência intelectual das elites políticas, mas também insinua a oportunidade única de expirmos as causas de nosso atraso. Sem introspecção, uma catarse, continuaremos o autoengano.

Sem tempo para distrações

Se perdermos tempo com distrações e polêmicas, adiando decisões, os reacionários vão reorganizar-se para travar mudanças que firam seus privilégios. Não falta o que corrigir, reformar e reinventar.

Novos anos de orçamento empilhando deficits primários decorrentes de gastos correntes já firmaram um retrocesso severo na indústria e serviços, as principais fontes de dinamismo do produto interno do país (leia-se: PIB), portanto, do potencial de empregos e de renda compatíveis com a autonomia das famílias, sem exigir expandir o que está exaurido, entre carga tributária e emissão de dívida para banca-lo — o Auxílio Brasil, codinome bolsonarista para o eficiente Bolsa Família, e outros programas sociais.

Parte da fragilidade orçamentária vem do crescimento estagnado, de 1% ao ano desde a recessão de 2015-16. Esse obstáculo é circular. O Estado disfuncional barra os investimentos privados e públicos, sem os quais a economia não cresce quanto deveria, murcha e envelhece.

O investimento público na LOA de 2022 será, por exemplo, o menor da história — R\$ 44 bilhões, menos de 0,5% do PIB. Não repõe sequer a depreciação dos ativos. Deveria ser, por baixo, de 2,3% do PIB, na conta da Abdib, e isso por 10 a 20 anos seguidos.

O mito da maioria política

O orçamento sinaliza PIB estagnado. Foi um dos mais marretados dos últimos anos, com beijo de precatórios, pedalação do indexador do teto de gastos e sinalização de exaustão de um sistema viciado.

Tais distorções podem ser sanadas com boa vontade. Mas como achá-la com as tais “emendas do relator”, e de fato dos chefões da Câmara e do Senado, para aliciar apoio a eles e ao presidente de turno distribuindo dinheiro público ao parlamentar sem publicidade e à margem dos indicadores sociais das regiões atendidas?

Pode ser legal, mas é ilegítima votação no Congresso por maiorias arrendadas com dinheiros sociais da população. Essa distorção será a primeira a entrar na linha de tiro dos novos governantes. Hoje, ela atende aos interesses do presidente e cupinchas, servindo para afastar o risco de seu impeachment. E amanhã atenderá a quem?

O dispositivo constitucional que congelou o total de gastos ao que fora realizado em 2016, corrigido apenas pela inflação, é outro que dificilmente será mantido, o que não significa deixar sem critérios as despesas de custeio da máquina federal. Mas não dá para manter o investimento público como variável de ajuste de desempenho fiscal.

O abre alas para o futuro

Governo e Congresso modelados pelas urnas terão a obrigação não só com promessas cartoprazistas, mas com a terraplanagem do terreno em que passarão a unidade do país nos termos do mundo novo em evolução.

Avião dos candidatos não deve preocupar. Caso as tenham *come il faut*, só revelarão fragmentos para não serem compreendidos. O abre-alas do futuro promissor depende de coesão social, partindo de quem mais perde, embora poucos entendam a causalidade, com o Brasil arcaico que aprisiona o desenvolvimento — o empresariado nacional.

Uma aliança entre o empresariado que se veja mais empreendedor que financista com a inteligência da burocracia pública, que é maior do que supõe o neoliberalismo tacanho do ministro contumaz em insultar o funcionalismo, e políticos bem-intencionados (que também existem) é mais relevante que coalisão de partidos para vencer eleição.

A nova direção da Fiesp, presidida pelo industrial Josué Gomes da Silva, assume em janeiro com um time de empresários, executivos e intelectuais que pensam sem travas mentais. As diretrizes iniciais contemplam a educação de base e a profissionalizante tecnológica, apoio à digitalização maciça dos negócios, à produtividade, às novas iniciativas, à emergência climática, e olhar atento ao mundo, entre outras estratégias.

Desejo um bom Natal e os melhores votos para 2022 — um novo ano de ação, como ansiamos. Tristeza não é destino! Volto dia 9. Até lá!